

Título: Posicionamento dos
princípios éticos, distrital
e regional de (EJA)

Ano: 2006

EJA 02

23

Brasília, 08 de dezembro de 2006.

Do movimento dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação

Professor Dr. Fernando Haddad

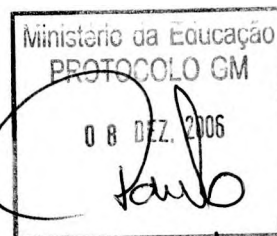
Senhor ministro,

Apresentamos-lhe em anexo o Posicionamento dos Fóruns Estaduais, Distrital e Regionais de Educação de Jovens e Adultos, construído durante a V Reunião Técnica MEC/SECAD nos dias 05 e 06 de dezembro de 2006.

Atenciosamente,

Maíra José N. Moura Araújo

Edna Castro de Oliveira
Representante dos Fóruns de EJA na CNAEJA
Fórum de EJA do ES



2104-8464
11 8468

POSICIONAMENTO DOS FÓRUNS ESTADUAIS, DISTRITAL E REGIONAIS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA), através de seus representantes signatários, presentes na V Reunião Técnica MEC/SECAD, realizada nos dias 05 e 06 de dezembro do corrente em Brasília, durante o Seminário “Diferentes Diferenças”, reafirmam a importância do diálogo e da construção coletiva que tem caracterizado a interlocução entre os fóruns de EJA e o Ministério da Educação (MEC), desde o ano de 2003, exercitando a gestão participativa, reconhece que a criação da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD) e nela o Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA), ambos no interior do Ministério da Educação, constituiu-se em um significativo avanço para o processo de construção de políticas públicas e de um espaço articulador das ações no âmbito da EJA.

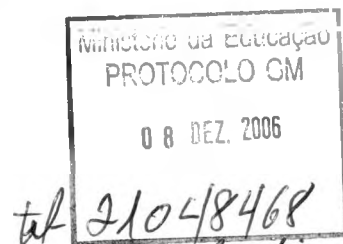
Entendemos ainda, que apesar dos avanços, são muitos os desafios e a necessidade de construir estratégias para a efetivação da EJA como política pública de estado o que, dentre outros aspectos, pressupõe a presença efetiva do Estado na indução, financiamento, acompanhamento e avaliação, com vistas a garantir o direito à educação de qualidade para todos e todas.

Dentre as conquistas que esse trabalho em parceria vem propiciando, destacamos seis que precisam ter continuidade e ampliação garantidas:

1 – Viabilização das reuniões técnicas entre representantes dos fóruns de EJA e o MEC/SECAD, propiciando o diálogo na construção de políticas para a EJA;

2 – Fortalecimento da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), com garantia da participação do representante dos fóruns de EJA;

3 – Apoio político-financeiro na realização dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA's (Anexo 1 – Relatório do VIII ENEJA);



4 – Apoio na implementação e na administração descentralizada do **Portal dos Fóruns** (www.forumeja.org.br), o que tem permitido ampliar a comunicação entre os Fóruns, por meio de um espaço virtual, que contribui para dar-lhes maior visibilidade;

5 – Oferta do Curso “Educação na Diversidade” articulada com o Portal Fóruns EJA Brasil com o programa de constituição da Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em rede na Diversidade (CTARD), na forma de extensão, graduação e pós-graduação.

6 – Apoio político, pedagógico e financeiro ao Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos.

Avaliamos, entretanto, que não podemos recuar diante das grandes questões que permanecem ainda indefinidas, no que tange:

- ✚ A formulação de uma política de financiamento para a EJA que aponte a premência, no atual contexto de regulamentação do FUNDEB, de garantir a isonomia entre as diversas modalidades e etapas da Educação Básica, o que significa dizer, que o valor/aluno da EJA não deve ser inferior ao valor destinado aos demais estudantes, logo, é importante destacar que o FUNDEB, no seu formato atual, é insuficiente para atender a demanda social da EJA;
- ✚ A definição, por parte do MEC, do papel de cada instituição/entidade/movimento nas ações para a EJA, cabendo-lhe a função de coordenação, acompanhamento e avaliação, eliminando as diferentes formas de privatização na EJA;
- ✚ A dispersão e fragmentação de programas e projetos no próprio MEC e em diferentes ministérios e secretarias e, conseqüentemente, a pulverização dos recursos financeiros para a área, que inviabiliza a organicidade das ações de EJA nos Estados, Distrito Federal e Municípios;
- ✚ A superação da lógica das iniciativas de programas que tem desvinculado a alfabetização de adultos da EJA, para efetiva construção de políticas públicas assumidas enquanto responsabilidade dos Sistemas Públicos de Ensino, garantindo a universalização do direito à escolarização básica;

- ✚ Ao enfrentamento da discussão sobre o distanciamento MEC/Municípios, que vem gerando impasse na avaliação global das ações empreendidas pelo MEC, centrada apenas em indicadores quantitativos, tornando insuficiente o acompanhamento, avaliação e execução de políticas, programas e projetos;
- ✚ Ao caráter indutor do MEC que, insistindo em projetos “rigidamente desenhados”, não contribui para a autonomia dos sistemas de educação na criação e/ou ampliação da oferta de EJA ao desconsiderar os sujeitos na sua diversidade;
- ✚ A reiteração dos termos da Moção de Advertência às autoridades quanto aos resultados do Programa “Sim, eu posso” deliberada em plenária final do VIII ENEJA (anexo 1), motivando a promoção, pela SECAD/MEC, de um evento específico, de caráter avaliativo, de todos os “métodos” de alfabetização de jovens e adultos do Brasil Alfabetizado, na perspectiva da superação do analfabetismo, tendo como referência a constituição do Sistema Público de EJA.
- ✚ A reiteração dos termos da correspondência sobre o ENCEJA, dirigida ao ministro da educação, protocolada em 03/05/2006, no Ministério da Educação (Anexo 2).
- ✚ Ao tratamento dos 3 (três) temas em EJA (Idade, Exames e Educação à Distância) objetos de revisão da Resolução CEB nº 01/2000, os quais requerem a garantia de ampla divulgação e discussão até a realização da próxima Reunião Técnica dos Representantes dos Fóruns Estaduais, Distrital e Regionais de EJA com a SECAD/MEC.

Consideramos fundamental ser, de fato, o DEJA protagonista das políticas públicas direcionadas na EJA, para a Educação Básica e/ou Educação Profissional, em uma perspectiva intersetorial e interministerial, sem, contudo, persistir a sobreposição de programas e projetos.

É importante reafirmarmos a permanência e ampliação do diálogo propositivo entre o MEC/SECAD e os Fóruns, preservando a escuta dos mesmos na nova composição da equipe do DEJA, conforme ocorrido na escolha dos gestores do referido departamento. Gestores estes cujo perfil passe por uma reconhecida atuação no campo da EJA, pela participação em espaços coletivos de discussão (Fóruns de EJA, ENEJA's, MOVA's, ANPED, dentre outros) e que compreendam suas funções enquanto uma representatividade

coletiva, que se sustenta na interlocução com os fóruns estaduais, distrital e regionais de Educação de Jovens e Adultos.

Por fim, confiantes na continuidade do processo de gestão participativa, que tem norteado as ações desta Secretaria, nos colocamos à disposição.

Maria José Ms Maura Araújo

p/ Edna Castro de Oliveira
Representante dos Fóruns de EJA na CNAEJA

Fórum EJA/ES

oliveiraedna@yahoo.com.br

(27) 3335-7764 (27) 8813-4540

Assinam os representantes dos Fóruns Estaduais e Regionais de Educação de Jovens e Adultos:

Nome	Fórum
Maria José Nascimento M. Araújo	Fórum EJA - PB
Wilton Carlos da Silva Teixeira	Fórum EJA - AM
Alexandre Carriker	Fórum REGIONAL DE EJA IBIGUA - SC
Maurício M. Silva	Fórum ESTADUAL DE EJA - TOCANTINS
Ana Cristina Garcia Inache	Fórum ESTADUAL DE EJA - Mato Grosso do Sul
Maria Emilia de Castro Rodrigues	Fórum Goiano de EJA - GO
Geizaldiva Pereira de Jesus	Fórum Estadual de EJA - SE
Stelamaris Torres Melo	Fórum Estadual de EJA / SE / Reg. Semi-árido
Leonor Maria de Oliveira	Fórum Estadual de EJA - Maranhão
EMILSON FELICIANO LEITE	Fórum EJA PARANÁ
Wagner Roberto Amaral	Fórum EJA PARANÁ
Elisabete Duarte Borges Pereira	Fórum EJA São Catarina
Jaqueline Pereira Costa	Fórum EJA do Rio de Janeiro
ISABEL CRISTINA RIBAS	Fórum EJA PARANÁ
CLAUDIO MARQUES DA SILVA NETO (SP)	II SÃO PAULO
NEILSON MORENO JACINTO	Fórum EJA RJ
José Roberto Silva Lima	Fórum Alagoano de EJA
Marinail Lima de Jesus Freitas	Fórum Alagoano de EJA
Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho	Fórum Piauiense de EJA
Enio Requeiro Lima - Maricão	Fórum EJA DO PARÁ
Silvana Mussalim Guimarães	Fórum Regional EJA São Paulo
Refina Araújo Spino	Fórum Estadual de EJA do Amapá
Maria Maria Araújo Paula	Fórum EJA Ceará - FEJA-CE
Tuliete Tala Gallegos	Fórum Regional de EJA - EJA - RS
MIRIAN PATRÍCIA BURGOS	CEJA PAULO FREIRE
MARO JOSÉ DA SILVA	Fórum EJA PERNAMBUCO
Vanessa Cruz Pereira Angelini	Georgina @ unb.br GIPA-Fórum EJA/DF
Shirley de Oliveira Guilhem	Fórum EJA de Rondônia - PR-EJA
Polson Gomes Ventura	Fórum EJA MT
LEA MARIA NUNES	Fórum POTIGUAR DE EJA - RN
Maria das Neves Silva de Souza	Fórum Potiguar de EJA - RN
Marcos Vinícius Cordeiro Rodula	Fórum do Espírito Santo - EJA
Jussara Margareth de Paula Loch	Fórum EJA - RS
Francisca das Glórias Mendes Souto	Coord. EJA - Ac.
Magdalânia Cauby Franca	Fórum de EJA - BA
Francisco An. J. Rodrigues Silva	Fórum dos Inconfidentes - M.E. - Regional
Maria Aparecida Zanetti	Coord EJA - PR / Fórum Paranaense
Jerry Adriani da Silva	Fórum Mineiro de EJA
Glennys Pereira Marinho	Fórum Mineiro de EJA
Roseane de Araújo Silva	Fórum Paranaense de EJA
Elaine Wilken de Rêto	Fórum mineiro de EJA
Ronair Silva Rodrigues	Fórum Mineiro de EJA
Timothy D. Irde	MEC/SEAD.

Recebido em 08/12/2006

Timothy D. Irde

Relatório-síntese do VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
VIII ENEJA

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

30 de agosto a 2 de setembro de 2006

Realização

Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil, Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC, Governo de Pernambuco / Secretaria de Educação e Cultura, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, Prefeitura do Recife, Prefeitura Popular de Olinda, Prefeitura de Camaragibe, Universidade Federal de Pernambuco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Centro Paulo Freire, Sesi, Sesc Pernambuco, Alfalit Brasil, Escola Marista Champagnat de Recife.

Apoios

Cortez Editora, Gráfica Dom Bosco.

O relatório-síntese do VIII ENEJA "EJA -- uma política de Estado: avaliação e perspectivas" estrutura-se da seguinte forma: discussão do contexto em que o Encontro se realizou no tocante à conjuntura nacional e à ação do Estado, abordando, em seguida, as tendências nas identidades dos fóruns de EJA, a avaliação das políticas de EJA e perspectivas para uma política de Estado, a busca de compreensão das articulações dos segmentos organizados e os compromissos para a construção de uma política pública de Estado para a EJA, fazendo indicações e apontando deliberações do VIII ENEJA, ultimando com encaminhamentos para o IX ENEJA.

CONTEXTO

O VIII ENEJA com 598 delegados credenciados, em sua oitava edição, ocorre em momento nacional pré-eleitoral que ainda carrega marcas de graves crises políticas não-elucidadas, aprofundadas no decorrer desse último ano - e cujo início ocorrera na proximidade do VII ENEJA -, expondo cruamente fragilidades e mazelas da democracia representativa no país, envolvendo o legislativo e desdobrando-se até autoridades ministeriais, colocando em cheque o significado do voto e das instâncias de poder formais.

Incertezas, instabilidades, perplexidades continuam ameaçando o cenário político e trazendo reflexos nas apostas futuras, mesmo diante de ganhos reconhecidos na educação de jovens e adultos, cuja perspectiva de avanço não pode ser interrompida, ainda que se tenha a consciência clara de que a educação como direito, para todos, não está assegurada, o que implica reafirmar que a lógica da desigualdade não se rompeu no campo educacional.

Programas de governo, tanto do MEC, quanto de outras instâncias do poder federal foram propostos, demonstrando a disposição de intensificar as respostas às demandas da população jovem e adulta. O PROJOVEM revelou uma escuta mais sensível ao clamor dos fóruns de que constituía uma oferta de EJA, com gestores admitindo argumentos nesse sentido, em posição adiante do que acontecera em seu lançamento; o PROEJA buscou resgatar para a rede federal dos CEFETs, principalmente, o compromisso com a população jovem e adulta demandante de profissionalização e historicamente excluída dessa rede, em especial de projetos pedagógicos de educação profissional integrados ao ensino médio; avançaram as construções focadas em sujeitos da diversidade, como internos penitenciários, do campo, pescadores, indígenas e quilombolas, e a economia solidária, como alternativa para sujeitos da EJA, especialmente, externou a disposição de o MEC aprofundar relações intersetoriais com diferentes Ministérios, ocupados também com ações educativas para os sujeitos que envolvem.

Se o último ENEJA conseguiu trazer para a mesa de discussões movimentos representativos dessa diversidade, rompendo o silêncio entre as especificidades e abrindo espaço ao diálogo, essa construção não se alargou na realidade do fazer político, e as questões inerentes aos grupos da diversidade mantiveram-se endogenamente pensadas, sem estendê-las como preocupação de averiguar de que forma o recorte etário - jovens e adultos - e o nível de escolaridade impunham pensar jovens negros, jovens indígenas, trabalhadores adultos do campo, pescadores artesanais jovens e adultos, desempregados jovens desescolarizados, adultos sem emprego formal porque desescolarizados etc. Apesar das conquistas de formas de pensar a diversidade, atravessando grupos sociais específicos, estes não conseguem impregnar e reorientar o fazer pedagógico das escolas, mantendo-se isolados, uns e outras.

A multiplicidade de demandas da área aprisionou os fóruns, deixando escapar a meta de uma ação mais incisiva no tocante ao FUNDEB, ainda nessa data dependente de ação e esforço concentrado no Congresso, que precisa em brevíssimo espaço de tempo finalizar as revisões e aprovar a PEC que tornará realidade o Fundo da Educação Básica. Se isso não for feito, a ameaça aos sistemas e aos militantes da EJA está posta, face ao prazo de vida útil do FUNDEF. Os fóruns não alimentam ilusões quanto à luta que ainda advirá, tanto para garantir na regulamentação do Fundo um lugar digno para o custo dessa modalidade de educação, quanto para possibilitar a aplicação imediata do novo Fundo já no ano de 2007.

Na luta pela consagração e institucionalidade da educação de jovens e adultos nos sistemas, pequenos passos à frente são celebrados pelo movimento dos Fóruns, mas atalaias, sempre, das armadilhas que podem surgir nesse caminho. Se a perspectiva da continuidade pode ser comemorada pelo reconhecimento da assunção da EJA por mais de 4000 municípios,

ainda que com ofertas tímidas de matrículas, em maioria, mas resgatando a possibilidade para que jovens e adultos vivenciem processos de aprendizagem a eles negados, não se pode desprezar a ameaça que o ENCCCEJA representa a esses processos, e que ainda permanece latente como risco anunciado, apesar das contundentes ações dos fóruns junto aos propositores do INEP, empenhados em realizar intervenção de nível federal em tarefas de âmbito estadual/municipal. As aprendizagens geradas pelo Programa *Brasil Alfabetizado* exigem considerá-las na intenção de seguimento e aprofundamento de uma política pública de EJA. As vésperas de eleições para o executivo federal e estadual, além dos legislativos das mesmas esferas de poder, cumpre entender esse momento como substantivo para reafirmar e firmar proposições dos fóruns em relação a programas e projetos – *tênuas formulações políticas para consolidar um direito fragilmente conquistado*. Tempos de aprendizagem, parceiros, inserção de profissionais, bolsas e formação condicionam e amarram possibilidades pedagógicas e restringem políticas de desenho local, adequadas a jovens e adultos, limitam a autonomia dos proponentes e exigem problematização, por isso mesmo. A esfera pública, constituidora do direito à educação, requer institucionalidade no sistema escolar, organicamente, abandonando a ideia de apêndice, que acontece por fora dos muros e dos espaços institucionais, ou nas sobras remanescentes da oferta do ensino fundamental de crianças e adolescentes.

A temática do momento, sobre a revisão, pelo Conselho Nacional de Educação, da idade mínima do público da EJA para frequentarem os cursos, não prevista na LDBEN, que só define a idade mínima para exames, exige discussão ampla, podendo ameaçar o direito, se pensada em bases que atendem, predominantemente, a interesses quantitativos de mudança de dados de níveis de instrução. Do mesmo modo, a exigência contemporânea das tecnologias como linguagem que favorece processos de aprender por toda a vida não pode prestar-se a apequenar o direito, reduzindo-se a panacéia que resolve, em massa, atendimento, questões orçamentárias, inclusão de docentes e de profissionais da educação.

Todo o esforço, do ponto de vista das concepções, ainda não conseguiu superar, para muitos, a visão compensatória da educação de jovens e adultos, assim como a síntese mais freqüente em propostas internacionais e latino-americanas volta a se fazer pelo limite da alfabetização. Novamente o continente se curva a acordos que empurram modelos ditos bem-sucedidos em países como Cuba, por exemplo, com o discutível *Yo, si, puedo!* sob a forma de cooperação internacional imposta à política externa, exigindo da diplomacia posição firme e contestadora, de modo a não criar embaraços e desagrados aos caminhos trilhados internamente, muitos alimentados por pensadores do quilate de Paulo Freire e por pesquisadores do campo da alfabetização que nada ficam a dever a outras referências internacionais. A soberania para pensar a educação de jovens e adultos desde a alfabetização é condição indispensável para a consolidação, continuidade de avanço e interlocução fértil na construção de políticas públicas democráticas, com a participação qualificada da força que os fóruns constituíram em todo o país.

Os Fóruns, como legítimos movimentos organizados em torno do direito à educação não recuarão na defesa intransigente desse direito para os muitos milhões de brasileiros que ainda não participam, incluídos, da vida social regida pela cultura escrita e pelas linguagens que a contemporaneidade consagra e recria cotidianamente. Enraizados em todo o país, nos 26 estados e no Distrito Federal, além de representações regionais em vários estados, conseguiram em dez anos acompanhar o movimento internacional de reconceptualização da EJA dos acordos internacionais, redizendo com sua própria força e voz os sentidos da EJA no Brasil, para além da escolarização: o direito de aprender por toda a vida.

A força dos Fóruns pôs-se à prova no intervalo entre este e o último ENEJA, quando foi lançado um *Manifesto pelo direito à educação de jovens e adultos*, intencionalmente produzido para marcar a luta pela EJA como direito e suas conquistas dos últimos anos, expondo à sociedade o quanto se precisa avançar para fazer prática esse direito, por meio de ampla mobilização nacional em torno de apoios, contabilizando até o momento, um total de 9.664 assinaturas, coletadas com cidadãos de todo o país, nas próximas e mais distantes localidades e realidades: nove estados e um distrito federal (AL, AP, BA, CE, ES, DF, GO, MS, PB, RJ).

Sensíveis aos movimentos do mundo e às oscilações nacionais, os fóruns permanecem com disposição férrea de lutar ainda mais pela finalidade que os originou. É tempo de eleições, de mudanças, de (des)continuidades políticas, de disputa em torno de ideias e projetos. A capacidade propositiva demonstrada pelos fóruns, uma vez mais neste ENEJA, não esmoreceu: pelo contrário, alimentou-se das tensões geradas para a sua realização e nutriu-se do exercício da tolerância, da espera esperançosa, da reinvenção possível da democracia como método, complexificada pelas exigências mundiais do poder econômico e do conhecimento. Emergem novas formas de ser movimento organizado nesse país e nesse continente: os fóruns as representam.

IDENTIDADE DOS FÓRUNS DE EJA: TENDÊNCIAS

Os Fóruns de EJA caracterizam-se pela diversidade na forma como vêm se constituindo e pela capacidade de mobilização com que se têm instalado, alcançando, em abril de 2006 o Amapá - último estado brasileiro a se organizar como fórum. Presentes em todo o território nacional, são 26 fóruns estaduais e um no Distrito Federal, além de 34 Fóruns regionais: Região Norte — Rondônia (RO) e Regional RO (Ji-Paraná), Roraima (RR), Amazonas (AM), Tocantins (TO), Pará (PA), Acre (AC); Região Sul — Rio Grande do Sul (RS), Fórum RS e Fóruns Regionais (Serra, Litoral, Fronteira, Santa Cruz, Central, Pelotas, Noroeste, Porto Alegre/Grande Porto Alegre), Santa Catarina (SC) e Fóruns Regionais (Grande Florianópolis, Concórdia e Criciúma) Paraná (PR); Região Sudeste — Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG) e Fóruns Regionais de MG (Vale das Vertentes, Norte, Sudeste, Leste, Centro-Oeste, Inconfidentes e Zona da Mata), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Fóruns Regionais SP (Nordeste e Oeste); Região Centro-Oeste — Mato Grosso (MT) e Fórum

Regional Norte do Mato Grosso; Mato Grosso do Sul (MS), Distrito Federal (DF), Goiás (GO); Região Nordeste — Bahia (BA), Fórum Regional BA (Extremo Sul); Maranhão (MA); Piauí (PI), Alagoas (AL), Sergipe (SE); Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Fóruns Regionais (Metropolitano, Litoral Sul, Mata Sul, Mata Centro, Vale do Capibaribe, Agreste Meridional, Sertão do Moxotó-Ipanema, Submédio São Francisco, Sertão do Araripe, Sertão Central e Vale do São Francisco); Ceará (CE).

A discussão sobre a identidade dos fóruns como movimento social propiciou espaço para a auto-reflexão e resgate do percurso do movimento como processo permanente de construção coletiva, como produção histórica, suas formas de intervenção, suas demandas e capacidade de mobilização e pressão social. O documento do VII ENEJA, ao pautar o sentido dos fóruns retoma a ideia de que "os fóruns de EJA, como movimento social, caracterizam-se pela diversidade na forma como vêm se constituindo e pela capacidade de mobilização com que se têm instalado, alcançando, atualmente, todo o território nacional".

No entanto, as diferentes leituras sobre a questão apontam para o reconhecimento de que se está em movimento, participa-se do movimento em defesa da escola pública, mas é preciso aprofundar a questão: somos ou queremos ser um movimento social? Para alguns fóruns locais não constituímos ainda um movimento social, necessitando aprofundar a discussão em nível local. No atual contexto, o movimento que se realiza difere politicamente da marca dos movimentos sociais; ta década de 1960 constituídos em oposição ao regime militar. Dentre outras características, o movimento vem-se definindo no processo de construção coletiva pela singularidade — síntese entre ação individual e coletiva, como movimento de natureza política. O resgate do percurso das ações do movimento aponta para características que o aproximam dos movimentos sociais organizados no que tange às demandas, às práticas de pressão que se exercitam. Como consequência, coloca-se a tarefa de construção da autonomia nos diferentes níveis, com vista à sustentabilidade. A memória da construção coletiva da identidade dos Fóruns permite compartilhar várias intervenções efetivas produzidas nos últimos cinco anos na esfera pública, na perspectiva de proposição e formulação de políticas de afirmação do direito à educação, atribuindo novos sentidos e concepções à educação de jovens e adultos, que expressam elementos de reafirmação da identidade do movimento.

As demandas internas provenientes da necessidade de sustentação do movimento apontam para a necessidade de pensar o sentido da autonomia em relação ao Estado como um dos potentes parceiros que financiam o encontro nacional de EJA, bem como a forma como vêm sendo utilizados os recursos durante a realização desses encontros.

AValiação das Políticas de EJA e Perspectivas para uma Política de Estado

A configuração do campo de EJA

A especificidade da EJA é inquestionável, e seu campo de configuração acaba sendo definido pela convergência da diversidade de práticas e também pelas políticas. A coordenação e o desenvolvimento de programas por movimentos sociais revela-se assistencialista e de baixa qualidade, porém, pela flexibilidade, atrai alunos do ensino regular. Os problemas em relação ao Programa *Brasil Alfabetizado* — assistencialismo, exigência de educadores com, pelo menos, nível médio; formação de educadores (nem sempre realizada); descontinuidade de estudos após o encerramento do Programa; falta de condições dos municípios para dar continuidade à alfabetização; seleção precária de alfabetizadores, assim como financiamento também precário. A exigência de contrapartida onera muitos municípios com gastos de implantação imensos. Quanto à referida autonomia de aplicação de recursos do Programa *Fazendo Escola* considera-se que deva ser relativizada, estando restrita à elaboração do projeto, pois o monitoramento, por meio do Moni-Eja, é vertical. Também as orientações para prestação de contas não deixam margem para maior liberdade de ação. A exigência do número de 25 alunos matriculados por turma leva professores a manter matriculados alunos que desistiram, e a matricular alunos que, de fato, não frequentam, ou então matricular alunos de nível mais avançado de escolaridade.

O papel do Estado e dos movimentos sociais e das entidades da sociedade civil organizada na construção de políticas públicas de EJA

Há no Brasil muitas experiências de alfabetização e muitos jovens e adultos vivenciando-as. Embora se fale na necessidade de continuidade do processo de aprendizagem escolar, vivemos ainda com programas dispersos que se reduzem à alfabetização, fragmentados em relação à continuidade, limitando a educação de jovens e adultos a processos de escolarização, ao mesmo tempo em que o conceito de EJA caminha para a assimilação da ideia de educação ao longo da vida, tal como defendido na V CONFINTEA. A falta de destinação de recursos à EJA tem sido um grave problema. Para a construção das políticas públicas na área, as entidades da sociedade civil e os movimentos sociais, junto ao Estado, necessitam discutir regulamentos que definam a idade de ingresso do aluno na EJA; dar visibilidade à diversidade de experiências de escolarização, da alfabetização ao ensino médio. É papel dos movimentos fazer cobranças aos governos para que assegurem a universalização do acesso escolar, em todos os níveis da educação. Compete, ainda, realizar esforços para o desenvolvimento de metodologias diferenciadas, que atendam a diversidade de sujeitos da EJA, envolvidos com o mundo do trabalho e em suas diferentes necessidades. A EJA necessita ser mais livre de sistemas fechados e rígidos de ensino para ser mais atenta às necessidades das classes trabalhadoras. Nesse percurso é, também, papel do movimento social, levar à escola a educação popular, as experiências de "justiciabilidade" articuladas com o Ministério Público. Se educação é direito, tem de ser exigido o cumprimento.

Novas tecnologias e educação a distância – EAD

Em sociedades desiguais, a exclusão das linguagens tecnológicas é mais uma forma de vivenciar a condição desigual dos sujeitos, tanto educandos quanto educadores. Nos últimos anos, as políticas públicas intensificaram a disponibilização de recursos tecnológicos, tais como telecentros (GESAC), o que pouco significou para mudar as práticas e a cultura de uso na comunidade escolar. Com dificuldades mais acentuadas, a EJA, excluída do acesso a espaços escolares fundamentais, também se vê afastada contemporaneamente dos laboratórios de informática, que quando existem, possibilitam manter a qualidade das produções realizadas, independente das dificuldades encontradas. O uso de novas linguagens tecnológicas, como também das demais linguagens disponíveis, e até mesmo o resgate de linguagens não-mediadas por tecnologias utilizadas em todo o Brasil é necessário ser feito. Se utilizadas mais como recursos, do que como linguagem, as tecnologias acabam contribuindo para reforçar as múltiplas exclusões a que são submetidos jovens e adultos. Essa compreensão equivocada tem gerado aversão à modalidade de educação a distância, pelas ilusões que se criam em torno do progresso inexorável e a qualquer preço, em vez de apropriá-la como mais um modo de produzir respostas adequadas às necessidades de aprendizagem dos educandos na construção interativa de novos conhecimentos. Somente garantindo a familiaridade dos estudantes desde os primeiros processos de aprendizagem na EJA, com as linguagens tecnológicas disponíveis, será possível propiciar a autonomia necessária para o uso apropriado das linguagens multimídia.

Economia solidária: gestão coletiva do trabalho

Sobre a concepção de economia solidária, dois focos ganharam lugar: um, o empreendedorismo, o outro o das cooperativas auto-gestionadas coletivamente, além da necessidade de clarear concepções de geração de renda/emprego e economia solidária. Argumentando que, apesar de vivermos em uma sociedade capitalista, o horizonte pauta-se em uma sociedade mais solidária, igualitária e humanizadora, com novas relações de trabalho coletivo, com união, partilha, gestão coletiva, que fortaleça grupos com mesmos objetivos, que se humanizam pelo trabalho. A economia solidária organiza-se como alternativa crítica ao sistema capitalista, suas relações de trabalho e formas de organização. No atual governo, em âmbito federal, o investimento em economia solidária tem possibilitado criar um modo de produção alternativo e solidário, com apoio de instituições públicas voltadas para fins comuns. A concepção de empreendedorismo em algumas cooperativas implica a análise do significado da responsabilidade quanto ao sucesso ou fracasso do trabalho, do emprego/desemprego em âmbito individual, desobrigando esferas públicas de uma política de Estado.

Valorização dos profissionais de educação

A desvalorização do professor de EJA é também reflexo da desvalorização da própria EJA. Aspecto relevante destacado para que, de novo, se possa valorizar o professor, está na necessidade de compreendê-lo como sujeito que produz teoria e que pode e deve intervir na definição de políticas públicas de formação. Outro relevante aspecto demarca que os professores de EJA ainda são oriundos do voluntariado, de contratos temporários e de "sobras" da escola de crianças, o que os torna quase *invisíveis* para os sistemas.

Educação e diversidade

A idéia de educação e diversidade exige clareza conceitual. Educar para a diversidade difere de segregação, respeita as especificidades e busca a inclusão social. A preocupação com a elaboração de currículos que contemplem a diversidade pauta as ações e propostas pedagógicas, pois não se pode conceber educação inclusiva partindo de currículos universalistas, trabalhados igualmente com todos os grupos, não levando em consideração especificidades, nem diversidades. O não-cumprimento da Lei nº. 10.639/2003 que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino o resgate da história e da cultura dos afrodescendentes exige indagar quem define as demandas específicas a serem contempladas na proposta curricular voltada para a diversidade. Do mesmo modo, cabe indagar quanto o que fazem movimentos sociais e universidades para o cumprimento da Lei e qual a importância de se garantir a diversidade na EJA. Por fim, a reflexão a ser feita questiona as implicações de uma educação que resgate histórias de vida; subjetividades no processo de aprendizagem; que valorize e contemple a diversidade étnico-racial, de gênero, de credo, de religião, para a prática pedagógica, contribuindo para a elevação da auto-estima dos sujeitos da EJA.

Universidades têm papel relevante nos processos de formação inicial e continuada de professores no que tange à relação educação e diversidade, embora tenham dificuldade de tratar a questão indígena, por exemplo, com pouco envolvimento no processo de formação de professores indígenas. A escassez de estudos, de projetos de pesquisa e de disciplinas nos currículos universitários para a área é sensível. Algumas experiências de currículo próprio, em atendimento à demanda, podem ser exemplificadas: comunidade indígena Trucá – PE reivindicou e foi construído, coletivamente, um currículo específico resgatando a cultura do povo indígena; o Projeto Saberes da Terra, em atendimento à diversidade dos povos do campo (assentados, quilombolas, ribeirinhos, indígenas), ao implantar escolas itinerantes que acompanham os diferentes acampamentos, promovem a pedagogia da alternância no espaço-escola e no espaço-comunidade, garantindo ambos como espaços de formação de alunos e educadores.

SEGMENTOS ORGANIZADOS: COMPREENDENDO AS ARTICULAÇÕES

Os segmentos organizados pela inserção de delegados em instituições trabalhou agrupado da seguinte forma: universidades, educadores, educandos, governos, movimentos populares. Construir a EJA aparece como vontade no discurso político dos governos de todos os níveis, faltando fazê-la acontecer nos sistemas de ensino e assumi-la, de fato,

como modalidade que pense, sistematicamente, os perfis e necessidades de aprendizagem dos sujeitos que atende, especialmente com a crescente juvenilização da população da EJA. Trata-se de, assegurando o direito, tirá-la da marginalidade, coordenando processos e planos que definam responsabilidade e competências do poder público na relação com outros atores que a fazem e com os cidadãos. As variadas condições para que a EJA possa ser feita com qualidade ainda não estão asseguradas. A questão do professor/educador coloca-se como um desafio, desde a necessidade de tê-los como profissionais formados e qualificados, até a inserção desses profissionais na rede, com planos de cargos e carreira adequados e com horários definidos para planejamentos e estudos; assim como faz falta a definição de um coordenador pedagógico de EJA por unidade escolar. Os governos necessitam fazer sua parte e a mobilização das organizações que atuam com educação deve cuidar não apenas do desenvolvimento da leitura e da escrita, mas a de habilitar atores para a intervenção nas políticas públicas de EJA.

Os educandos da EJA entendem que a metodologia de trabalho diferenciada é fator essencial para que eles permaneçam na escola, especialmente quando valorizados em suas experiências de vida e quando não são infantilizados pelas práticas pedagógicas. A existência de bibliotecas e de materiais didáticos – formulados por professores em parceria aos educandos da EJA – contribui para processos de aprendizagens bem-sucedidos.

A ampliação do número de escolas deve considerar as demandas de cada estado, organizadas com horários flexíveis e de metodologias que atendam aos ritmos de aprendizagem de cada educando. O apoio aos filhos dos educandos da EJA, quando em horários de aula, contribui favoravelmente para a permanência dos adultos na escola e para o sucesso de sua aprendizagem escolar. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais precisa ser considerada, tendo em vista o propósito de atender ao direito à educação escolar, concedido a todos os brasileiros.

Do Sistema S destaca-se a contribuição oferecida à formação de fóruns em muitos estados brasileiros, principalmente na Região Norte do país. Em alguns lugares não contam com a participação do estado, embora se empenhem para que ocorra essa participação. A diversidade de metodologias de formação de professores é uma das marcas das instituições que compõem o Sistema, incluindo, muitas vezes, professores dos sistemas públicos locais, sempre que a relação com os poderes estaduais permite.

O segmento universidades conseguiu cumprir uma das metas propostas no VII ENEJA, realizando o I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. Com isto, ampliou a discussão que aponta para a necessidade de aproximação da formação inicial com a formação continuada de professores, praticada em algumas instituições de ensino superior do país.

Os movimentos sociais reconhecem que não são os responsáveis pela efetividade das políticas públicas de educação, porém possuem um importante papel no processo de mobilização, fiscalização e proposição de políticas públicas.

COMPROMISSOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO PARA A EJA: INDICAÇÕES E DELIBERAÇÕES DO VIII ENEJA

Os delegados reunidos nos diversos momentos de discussão visando à avaliação de programas, projetos e políticas vigentes, tomadas como políticas, e comprometidos com a construção de uma real política pública de Estado para a EJA, indicam e deliberam:

Quanto a financiamento da EJA:

- Aprovação imediata do FUNDEB, para isso realizando mobilização ampla incorporada à Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que pressione os congressistas a votarem o fundo de financiamento no prazo exigido para a aplicação em 2007, e que se desdobre em nova luta pela regulamentação, que garanta isonomia com outros níveis e modalidades de ensino.
- Autonomia para a gestão e aplicação de recursos dos programas esporádicos, com mobilidade necessária entre as rubricas.

Quanto às diretrizes curriculares para a EJA:

- Acompanhamento da regulamentação sobre educação a distância, na revisão do texto do Parecer CNE nº. 11/2000 de Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA.
- Atendimento à diversidade dos sujeitos e demandas por eles geradas (tempos, espaço, realidade, regionalidade, turnos de oferta; acesso e permanência, êxito, calendário, experiências).
- Inserção do conteúdo *mundo do trabalho* na alfabetização e na educação básica.
- Autonomia avaliativa da EJA por estados e municípios, rejeitando o ENCCEJA.
- Regulamentação da formação continuada dos alunos com a inclusão da educação profissional.
- Revisão cuidadosa da perspectiva de definição de idade mínima de ingresso na EJA.

Quanto à formação de educadores:

- Manutenção de processos permanentes de formação continuada de professores, de educadores e de educadores populares.
- Construção de rede virtual de educadores de EJA, com apropriação de espaço no portal, por meio de lista de discussão e de criação de *links* que remetam a centros de pesquisa, banco de dados e pesquisas, teses, dissertações etc.
- Realização de encontro nacional de educadores de EJA com apoio financeiro do MEC.

- Participação de representante de professores de EJA nos Conselhos de Educação.
- Estimulo à realização de cursos de formação continuada para professores/educadores de EJA.
- Garantia da profissionalização dos professores de EJA, evitando o voluntariado e a ausência de formação necessária para atuação na EJA.
- Intervenção dos educadores de EJA nas políticas públicas de financiamento e formação.
- Apropriação dos espaços de construção e elaboração de material didático e cadernos de experiências.
- Reconhecimento e certificação para a formação inicial e continuada realizada por educadores/professores nos seus processos de formação continuada, através de convênios com instituições reconhecidas pelo trabalho realizado na EJA.
- Formação específica para pessoas com necessidades especiais.
- Desenvolvimento de pesquisas integradas entre universidades, sobre temas ligados à formação, em particular os que envolvem demandas urgentes como a formação de professores licenciados para atuarem na alfabetização e escolarização de jovens e adultos; aspectos psicológicos, lingüísticos e culturais dos alunos de EJA; avaliação de projetos de formação de educadores de jovens e adultos.
- Agendamento para maio de 2007 do II Seminário de Formação de Educadores de EJA, após consulta a universidades que se mostrarem propensas a acolher o evento.

Quanto à organização dos sistemas de ensino:

- Criação de sistemas municipais de educação, com inclusão da modalidade EJA.
- Perfilar o Projeto educativo de EJA através de pesquisa.
- Oferta de cursos de EJA em qualquer turno.
- Contemplar oficinas culturais nas propostas pedagógicas das escolas.

Quanto à garantia do direito à educação

- Garantia da continuidade da escolaridade de alunos egressos da alfabetização ao longo da vida.
- Participação dos fóruns no processo de construção dos Planos de Educação municipais e estadual.

Propostas gerais:

- Articulação dos Fóruns com movimentos e escolas do campo.
- Reivindicação de maior tempo disponível para a reunião de segmentos no ENEJA.
- Articulação de mobilização junto à UNDIME em prol da EJA, definido pelas políticas e para que se possa ter mais autonomia e não ficar à espera de financiamento.
- Articulação das ONGs com movimentos sociais, assumindo o papel de formuladoras, propositoras e fiscalizadoras de políticas públicas.
- Fomento à pesquisa de concepções teórico-metodológicas para a EJA.
- Mobilização em favor da revisão do Plano Nacional de Educação.
- Garantia da participação de movimentos sociais nos Conselhos de Educação.

DELIBERAÇÕES DA PLENÁRIA E ENCAMINHAMENTOS PARA O VIII ENEJA

A plenária aprova as seguintes moções:

- Moção de repúdio ao Programa *Yo, si, puedo*.

Indicativos para o IX ENEJA:

- ✓ Voltar a tratar a educação inclusiva como um tema do encontro nacional.
- ✓ Avaliar radicalmente a estrutura do evento, no sentido de possibilitar o aprofundamento e formulação de reflexões e estratégias de ação, promovendo discussões nos fóruns estaduais e regionais quanto a aspectos que comprometem a capacidade de esse movimento incidir nas políticas públicas.
- ✓ Definir critérios de participação nos ENEJAs, considerando a história de participação no fórum originário e o acúmulo de discussões produzido.
- ✓ Manter a periodicidade anual até o X ENEJA, em função das agendas políticas que incluem o FUNDEB e sua regulamentação, o ENCCEJA, e a proximidade da VI CONFITEA.
- ✓ Viabilizar, em cada fórum, a participação de alunos, cabendo às prefeituras municipais destinar uma vaga para aluno de EJA.
- ✓ Renovar a participação dos delegados nos ENEJAs.

Núcleo de relatoria: Edna Castro de Oliveira (UFES), Jane Paiva (UERJ), José Barbosa da Silva (UFPB), Leila Loureiro (Escola Marista Champagnat de Recife).

Recife, 2 de setembro de 2006.

Moção pela imediata aprovação do FUNDEB

VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA

www.forumeja.org.br

MOÇÃO PELA IMEDIATA APROVAÇÃO DO FUNDEB

Nós, 598 delegados dos 27 Fóruns Estaduais e Distrital e 34 Fóruns regionais de Educação de Jovens e Adultos do Brasil aprovamos, em plenária final do VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos-ENEJA realizado de 30 de agosto a 02 de setembro de 2006, em Recife-Pernambuco, os termos do documento "POSICIONAMENTO PÚBLICO – PEC do FUNDEB: Morosidade em Meio à Urgência" dirigido à Câmara de Deputados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e assinado pelo seu Comitê Diretivo, em 30 de agosto de 2006.

Recife-PE, 02 de setembro de 2006

Edna Castro de Oliveira – Fórum EJA/ES

Representante dos Fóruns Estaduais e Distrital de EJA do Brasil na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CNAEJA

Moção para mobilização nacional - VIII ENEJA

MOÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO NACIONAL EM 19 DE SETEMBRO – ANIVERSÁRIO DE NASCIMENTO DE PAULO FREIRE

Os 598 delegados dos 26 fóruns estaduais, do fórum distrital e dos 51 fóruns regionais de educação de jovens e adultos brasileiros, reunidos no Recife, de 30 de agosto a 2 de setembro de 2006, durante o VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos aprovaram a presente moção para que no dia 19 de setembro de 2006 - dia em que se comemoram os 85 anos de nascimento do educador Paulo Freire, que pautou sua história de vida na defesa dos povos excluídos - todos os fóruns do país organizem uma mobilização nacional em cada estado, Distrito Federal e municípios, com ampla divulgação na imprensa e com a participação de representantes no Senado, na Câmara Federal e em legislativos estaduais, distrital e municipais, sensibilizando todos os parlamentares para a urgência da aprovação do FUNDEB no que se refere ao financiamento da EJA, resguardando-lhe as mesmas garantias e direitos das demais modalidades e níveis da educação básica.

Delegados do VIII Encontro Nacional de EJA
Recife, Pernambuco, 2 de setembro de 2006

www.forumeja.org.br

Moção de adventência - VIII ENEJA

MOÇÃO DE ADVERTÊNCIA ÀS AUTORIDADES QUANTO AOS RESULTADOS DO PROGRAMA YO, SÍ, PUEDO.

Os 598 delegados dos 26 fóruns estaduais, do fórum distrital e dos 51 fóruns regionais de educação de jovens e adultos brasileiros, reunidos no Recife, de 30 de agosto a 2 de setembro de 2006, durante o VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos aprovaram a presente moção, nos seguintes termos:

- a) compreendemos que o povo cubano, no contexto do seu processo revolucionário, foi capaz de realizar uma "campanha" de alfabetização de jovens e adultos cujos resultados permitiram elevar a escolarização em todo país, que até hoje resiste heroicamente ao bloqueio econômico e às ameaças de intervenção dos Estados Unidos da América – EUA.
- b) Esta experiência foi ampliada na Venezuela e Bolívia, que vivem, também, um contexto revolucionário.
- c) Sob este aspecto, o Brasil vive um outro contexto, no qual superamos a proposta de "campanha" para a de um Programa Brasil Alfabetizado que, respeitando a autonomia das unidades federadas, tem como perspectiva o caráter de política pública, por meio da continuidade da escolarização organizada em sistema público de Educação de Jovens e Adultos – EJA.
- d) O legado da educação libertadora de Paulo Freire e de outros educadores tem marcado as experiências educativas em instâncias governamentais e dos movimentos sociais na alfabetização de jovens e adultos.
- e) O contexto brasileiro atual e este legado apontam para o fortalecimento e a consolidação de metodologias criativas e adequadas à realidade dos(as) educandos(as), neste momento, e instigam problematizar e questionar a aplicação do método cubano Sim, eu posso! como método único na forma de "campanha", uma vez que seus princípios político-pedagógicos se contrapõem ao legado brasileiro.

Diante disto, nós, delegados do VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, reivindicamos uma avaliação criteriosa, por parte da SECAD/MEC, da experiência piloto realizada nos municípios de Buriti Lopes, Caxingó e Murici dos Portelas, no estado do Piauí, de outubro de 2005 a julho de 2006, a ser socializada na reunião técnica da SECAD/MEC com os representantes dos Fóruns estaduais de EJA do Brasil, ainda neste ano de 2006, para um posicionamento político final.

Delegados do VIII Encontro Nacional de EJA.
Recife, Pernambuco, 2 de setembro de 2006.

www.forumeja.org.br